



**Processo nº** 12448.733551/2012-25

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** 2401-000.989 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma  
Ordinária

**Sessão de** 7 de novembro de 2023

**Assunto** CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

**Recorrente** SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência nos termos do voto da relatora.

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ana Carolina da Silva Barbosa - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Jose Luis Hentsch Benjamin Pinheiro, Matheus Soares Leite, Wilsom de Moraes Filho, Ana Carolina da Silva Barbosa, Guilherme Paes de Barros Geraldi, Miriam Denise Xavier (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (e-fls. 348/363) interposto contra Acordão nº. 03-071.443 (e-fls. 330/339), proferido pela 5<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília, que julgou a Manifestação de Inconformidade improcedente.

O processo teve início com a apresentação do Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação-PER/DCOMP nº 27349.56448.040412.1.2.57-0515 (e-fls. 2/4), que solicitou restituição de créditos de contribuições previdenciárias incidentes sobre as remunerações pagas a administradores, empresários e trabalhadores avulsos, cujo crédito foi devidamente reconhecido por decisão judicial transitada em julgado na Ação nº 0044584-62.1995.4.02.5101 (950044584-0) da 1<sup>a</sup> Vara Federal do Rio de Janeiro (TRF 2<sup>a</sup> Região), no valor de R\$ 12.164.105,44 (doze milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e cinco reais e quarenta e quatro centavos). O pedido foi transmitido em 04/04/2012.

Antes da transmissão do Pedido de Restituição foi apresentado Pedido de Habilitação de Crédito (PTA nº. 10768.002859/2010-15), analisado prioritariamente em razão de

decisão proferida no Mandado de Segurança nº. 2011.51.01.009603-2, da 6<sup>a</sup> Vara Federal do Rio de Janeiro, no qual foi proferido Parecer Conclusivo nº. 205/2011, de 05/08/2011 (e-fls.5/11), que opinou pelo deferimento do pedido de habilitação de crédito.

Em análise do PERDCOMP foram proferidos Parecer nº. 005/2015 e Despacho decisório (e-fls. 256/267), (i) indeferindo o pedido de restituição e (ii) não reconhecendo o direito creditório. O contribuinte foi intimado via postal, no dia 21/01/2015, conforme Aviso de Recebimento (e-fls. 270).

Dante de tal decisão, o recorrente apresentou Manifestação de Inconformidade (e-fls. 273/277), com os seguintes argumentos em síntese:

1. Esclarece que os créditos previdenciários objeto do Pedido de Restituição foram devidamente reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado na Ação nº 0044584-62.1995.4.02.51.01 (950044584-0) da 1<sup>a</sup> Vara Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12.164.105,44, conforme informações do Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação-PER/DCOMP nº 27349.56448.040412.1.2.57-0515;
2. De acordo com a decisão contestada, o art. 100 da Constituição Federal impediria a restituição via requerimento administrativo, sendo a única hipótese a via judicial, posição que se encontra em desacordo com a orientação dada à impugnante pela Delegada da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro;
3. Sustenta que a declaração de um direito na esfera judicial, como no caso em tela, não retira do contribuinte a autorização de pleitear a restituição via procedimento administrativo;
4. Alega que o Parecer e o despacho ferem o princípio da razoabilidade, da legalidade e segurança jurídica e que o procedimento adotado está de acordo com as normas regulamentares expedidas pela RFB e em consonância com a orientação também dada ao impugnante pela Delegada da Receita Federal do Brasil I no Rio de Janeiro no processo nº 10768.002859/2010-15;
5. Afirma que a Instrução Normativa RFB nº 900/2008 dispõe em seus artigos 2º e art. 3º a possibilidade de ocorrer à restituição das receitas arrecadadas pela Previdência, via PER/DCOMP, e que não há, na referida norma, qualquer disposição estabelecendo que o Pedido de Restituição, quando se tratar de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, esteja atrelado a precatório judicial;
6. Defende que o Parecer PGFN/CAT nº 2093/2011 não pode ser usado como fundamento para indeferir o pedido de restituição por meio de PER/DCOMP, uma vez que se encontra em completa dissonância com as orientações e normas regulamentares expedidas pela RFB para pedido de

habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado;

7. Destaca que já houve, pela própria Receita Federal, a homologação da habilitação do crédito ora pleiteado, conforme decisão constante do Parecer Conclusivo n.º 205/2011.
8. Requereu a reforma total do Parecer Conclusivo n.º 005/2015, a fim de ser deferido o pedido de restituição formalizado mediante PER/DCOMP e por via de consequência, reconhecer o direito creditório que foi objeto de habilitação no Despacho Decisório e Parecer Conclusivo n.º 205/2011 de 05/08/2011.

Conforme antecipado, a Delegacia de Julgamento houve por bem julgar improcedente a Manifestação de Inconformidade, no Acórdão n.º 03-071.443 (e-fls. 330/339), assim ementado:

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRÉDITOS RECONHECIDOS EM DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO.**

Impossibilidade de restituição de contribuições previdenciárias, cujos créditos foram reconhecidos em decisão judicial, em face da ausência de previsão legal que autorize o pagamento administrativo de indébito tributário fundamentado exclusivamente por decisão judicial.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

O recorrente foi intimado via Domicílio Tributário Eletrônico em 24/08/2016, conforme Termo de Ciência de Abertura por Mensagem (e-fls. 344). Em 22/09/2016, foi apresentado Recurso Voluntário (e-fls. 348/363), com os seguintes argumentos, em síntese:

**DA IMPOSSIBILIDADE DE INVALIDAÇÃO DO CRÉDITO ANTERIORMENTE HABILITADO PELA RECORRENTE – OFENSA À COISA JULGADA**

1. Destaca os termos da decisão proferida em seu favor e transitada em julgado, que reconheceu o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos, e a apresentação do pedido de habilitação de crédito (Processo Administrativo n.º 10768.002859/2010-15) que foi deferido pela Autoridade Fiscal;
2. Ressalta que o despacho decisório indeferiu a restituição e deixou de reconhecer a validade do crédito habilitado, desconsiderando a decisão judicial transitada em julgado e a coisa julgada;

**DA POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRÉDITO RECONHECIDO EM DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO – DA EXISTÊNCIA DE COMANDO**

## **NORMATIVO AUTORIZADOR NO INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 900/2008**

3. Sustenta que o pedido de restituição foi formulado pela ora Recorrente em 04/04/2012, ou seja, sob plena vigência do regime jurídico da Instrução Normativa RFB nº 900/2008, o que é inclusive reconhecido expressamente pela decisão recorrida às fls. 333. Assim, é sob a ótica de tal regime (IN 900/2008) que deve ser analisado o caso em tela, em observância, aliás, do princípio *tempus regit actum*;
4. Que não havia qualquer vedação ao procedimento adotado pela Recorrente, isto é, pleitear em âmbito administrativo a restituição de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado;
5. É oportuno lembrar que o pleno atendimento dos requisitos dispostos nos artigos 70 e 71, ambos da Instrução Normativa RFB nº 900/2008 não é negado em momento algum nestes autos, tampouco pelo acórdão recorrido, o qual se limitou apenas a afirmar que os créditos objeto do presente feito poderiam ser restituídos à Recorrente tão somente por precatório judicial ou aproveitados para a realização de compensação, não fazendo qualquer análise sobre a situação concreta dos autos, em especial quando se está claro que o regime jurídico aplicado ao caso é o previsto nos artigos 70 e 71 da Instrução Normativa RFB nº 900/2008.
6. Considerando que o dispositivo normativo que autorizava a restituição administrativa encontrava-se expresso na norma (IN 900) no momento de transmissão do pedido de restituição formulado pela Recorrente, tem-se como perfeitamente válido o procedimento por ela adotado e, consequentemente, hígido o crédito reivindicado.
7. Que o referido Parecer PGFN/CAT nº 2093/2011 apenas recomendou, e não determinou, a modificação da redação contida no artigo 70, da IN 900/2008, cabendo frisar novamente que recomendada alteração da norma de regência não aconteceu em momento algum até a transmissão do pedido de restituição apresentado pela Recorrente;
8. Apesar de o deferimento da habilitação de crédito não implicar o deferimento automático do pedido de restituição, tal deferimento está dotado de efeitos jurídicos, ainda que esses efeitos não sejam absolutos. Assim, ao desprezar por completo a decisão exarada no pedido de habilitação de crédito formulado pela Recorrente e distorcer as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 900/2008, o acórdão recorrido resta por subverter as finalidades e, ainda, tornar inócuo o referido procedimento administrativo.

## **PEDIDO**

9. Diante do exposto, requer a Recorrente seja conhecido e provido o presente Recurso Voluntário, a fim de que, reformando-se o Acórdão nº

03-071.443, seja integralmente reconhecida a validade do direito creditório objeto do PER/DCOMP n.º 27349.56448.040412.1.2.57-0515, e, consequentemente, deferida a restituição do crédito em sua totalidade.

Em seguida, os autos foram remetidos para este Conselho para apreciação e julgamento do Recurso Voluntário.

É o relatório.

## VOTO

Ana Carolina da Silva Barbosa - Relatora

Como relatado, o recorrente busca o reconhecimento do seu direito à restituição administrativa de créditos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre as remunerações pagas a administradores, empresários e trabalhadores avulsos, reconhecidos em ação judicial. Defende que teria seguido o procedimento correto e legal. Após o trânsito em julgado favorável obtido na Ação n.º 0044584-62.1995.4.02.5101 (950044584-0) da 1<sup>a</sup> VF/RJ, o recorrente formalizou a renúncia à execução do título judicial, que foi devidamente homologada pelo poder judiciário (e-fls. 41). Posteriormente foi apresentado Pedido de Habilitação (PTA 10768.002859/2010-15) que foi analisado pelo Parecer Conclusivo n.º 205/2011 (05/08/2011) que embasou o deferimento do pedido de habilitação (e-fls. 5/11). Em 04/04/2012, foi formalizado o Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação-PER/DCOMP n.º 27349.56448.040412.1.2.57-0515.

Apesar de terem sido apresentados nos autos alguns documentos (e-fls. 17/49) da Ação n.º 0044584-62.1995.4.02.5101 (950044584-0) e da Ação Cautelar n.º 1994.51.01.043708-0 (9400437080), não constam nos autos as cópias integrais dos processos, de modo que não foi possível confirmar o pedido feito pelo recorrente nem a abrangência da decisão que transitou em julgado em seu favor. Como a discussão dos autos refere-se ao indébito reconhecido por meio do referido processo judicial, entendo que é necessária a análise completa dos autos. Ademais, a discussão também se refere ao Pedido de Habilitação (PTA 10768.002859/2010-15), que não foi anexado aos presentes autos., tendo sido juntado apenas o Parecer.

Por esta razão, proponho a conversão do julgamento em diligência para que a Delegacia de origem:

- Junte/anexe aos presentes autos a cópia integral do Processo Tributário Administrativo n.º 10768.002859/2010-15 (Pedido de Habilitação), analisado pela Divisão de Orientação e Análise Tributária (DIORT-PREV) Equipe de Assuntos Previdenciários, da Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro (DRF 1/RJO), concedendo vista dos autos para o recorrente se manifestar a respeito, caso queira, e
- Intime o recorrente a apresentar as cópias integrais dos processos: Ação n.º 0044584-62.1995.4.02.5101 (950044584-0) e da Ação Cautelar n.º 1994.51.01.043708-0 (9400437080), no prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, prazo dentro do qual poderá ainda se manifestar nos autos sobre os documentos juntados.

Fl. 6 da Resolução n.º 2401-000.989 - 2<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo n.º 12448.733551/2012-25

## CONCLUSÃO

Dante do exposto, voto por CONVERTER O JULGAMENTO EM  
DILIGÊNCIA.

(documento assinado digitalmente)

Ana Carolina da Silva Barbosa